



PALMAS - TO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS –
TOCANTINS-TO**

Educador Social

**EDITAL N° 001/2024
DE 05 DE JANEIRO DE 2024**

**CÓD: SL-027FV-24
7908433249627**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Tipologia textual	9
3. Ortografia oficial	11
4. Acentuação gráfica.....	12
5. Emprego das classes de palavras	13
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	22
7. Sintaxe da oração e do período	23
8. Pontuação	25
9. Concordância nominal e verbal	27
10. Regência nominal e verbal.....	29
11. Significação das palavras.....	31
12. Redação de correspondências oficiais	32

História e Geografia do Tocantins

1. História e Geografia do Tocantins: povoamento e expansão através da exploração do ouro, da navegação, das atividades de mineração e da agropecuária	51
2. O processo de criação do Estado e suas diferentes fases (períodos Colonial, Imperial e Republicano)	55
3. A construção da Rodovia Federal BR-153 e seus impactos na economia e sociedade tocantinenses	57
4. Organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	58
5. Hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes; patrimônio histórico e cultural, manifestações culturais; movimentos políticos; estudo da população e sua dinâmica populacional, migração, estrutura etária; indígenas e quilombolas; vegetação, clima, hidrografia e relevo; matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte; unidades de conservação.....	60
6. História e Geografia de Porto Nacional: localização geográfica e divisão política, vegetação, hidrografia e clima, meio ambiente e população; urbanização e sociedade.....	71
7. Poderes: judiciário, legislativo e executivo	73
8. Símbolos: brasão, bandeira e hino	74
9. patrimônio histórico	75

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Compreensão de estruturas lógicas.....	79
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	80
3. Diagramas lógicos	80
4. Princípios de contagem e probabilidade	82

Legislação Pertinente ao Município de Palmas/TO

1. Lei Orgânica do Município de Palmas, Disposições Preliminares: Do Município, Da Competência, Das Vedações; Da Organização dos Poderes: Do Processo Legislativo: Disposições Gerais, Das Emendas à Lei Orgânica, Das Leis, Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial; Do Poder Executivo: Das Atribuições do Prefeito, Das Atribuições dos Secretários Municipais, Procuradoria Geral do Município; Da Organização do Governo Municipal: Da Administração Municipal, Do Registro dos Atos Administrativos, Dos Bens Municipais	89
2. Lei Complementar nº 008/99, de 16 de novembro de 1999 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas).....	101
3. Lei nº 1.441, de 12 de junho de 2006 (Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos Servidores Públicos do Quadro-Geral do Poder Executivo do Município de Palmas – TO e dá outras providências.).....	121

Conhecimentos Específicos Educador Social

1. Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem.....	137
2. Estatuto da Criança e do Adolescente	141
3. Estatuto do Idoso	178
4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).....	189
5. Educação Popular.....	206
6. Educação e trabalho	206
7. Educação de Jovens e Adultos; Educação à Distância.....	207
8. Movimentos Populares e Sociais	210
9. Interdisciplinaridade	211
10. Educação popular e o papel das organizações não governamentais	212

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTO NACIONAL: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVISÃO POLÍTICA, VEGETAÇÃO, HIDROGRAFIA E CLIMA, MEIO AMBIENTE E POPULAÇÃO; URBANIZAÇÃO E SOCIEDADE

Porto Nacional é um município brasileiro do estado do Tocantins. O município é considerado um polo regional próximo a capital Palmas, sendo importante acesso a algumas regiões do estado e do país.

Fundado no início do século XIX, Porto Nacional sempre esteve diretamente ligado histórica e culturalmente ao rio Tocantins. Ao longo daquele século e do XX, a principal via de acesso era o rio. Embarcações singravam o Tocantins transportando mercadorias entre Porto Nacional e Belém do Pará. Com a construção da rodovia BR-153, nos anos 1970, o fluxo de pessoas e mercadorias passou para a via terrestre.

Os nomes atribuídos à cidade estão relacionados com a situação política vigente no país: Porto Real, quando era Brasil-reino; Porto Imperial, na época do Império e finalmente Porto Nacional, após a proclamação da república.

História

O primeiro núcleo de povoação surgiu no fim do século XVIII, ao fluxo dos bandeirantes, aventureiros portugueses, que, auxiliados pelo braço forte do escravo africano, embrenhavam pelos sertões do Brasil à procura de ouro. De fato, as usinas de ouro de Carmo e Pontal, atraíram os aventureiros lusitanos e mamelucos a ponto de levá-los a enfrentar as tribos e animais selvagens daquelas regiões desconhecidas. Pontal nasceu dentro deste processo de descoberta de garimpos na região setentrional da então capitania de São Paulo, tendo sido fundado quatro anos após Natividade (1734), dois anos antes de Arraias (1740) (Chaim, 1974:25) e oito anos antes do Carmo, cuja fundação deve datar de 1746 (Palacin, 1976:36).

Afirma-se, segundo a tradição oral existente na cidade, que os índios Xerentes do Alto Tocantins se revoltaram contra os invasores e teriam atacado de surpresa o Arraial do Pontal, massacrando quase toda a população. Os sobreviventes do massacre ficaram à beira do Rio Tocantins, à margem direita, justamente no porto de passagem de transeuntes daquele arraial para o de Nossa Senhora do Carmo. Essa versão é uma mito-história.

A navegação do Rio Tocantins foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento acelerado daquele povoado. No início do século XIX, houve uma Carta Régia (publicada em 5 de setembro de 1811) aprovando um plano de navegação pelo rio Tocantins, para dinamizar comércio com Belém (PA). Durante o período áureo da mineração (século XVIII) a navegação era proibida como mecanismo de evitar contrabando de ouro. Com a decadência da mineração, permitir a navegação foi uma política para aumentar a economia da região.

Segue-se, abaixo um texto com interpretações sobre a história do surgimento da cidade:

“Alegoria da violência indígena na construção de identidade: O caso de Porto Nacional – TO.” (autor) Giralдин, Odair (Antropólogo)

As interpretações sobre a relação da mito-história da fundação de Porto Nacional com ações de violência, foram inspiradas na seguinte afirmação de Leach:

“Todas as sociedades humanas, grandes ou pequenas, elaboradas ou simples, têm suas histórias tradicionais. Sejam verdadeiras ou falsas, ou parcialmente verdadeiras e parcialmente falsas, todas essas histórias funcionam como mitos de origem, como documentos da existência humana; elas explicam ao iniciado ou ao principiante como é que ‘nós’ começamos e como é que ‘nós’ chegamos ao que somos hoje” (Leach, 1982:58-59).

Em 1835, foi criada, por determinação da Lei Provisória nº 14, de 23 de julho, a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, padroeira da cidade até hoje.

A Sede Municipal só recebeu foros da Cidade por efeito da Resolução Provisória nº 333, de 13 de julho de 1861, com a denominação de Porto Imperial. Em virtude de Decreto Lei Estadual nº 21, de 7 de março de 1890, a cidade recebeu a denominação de Porto Nacional. Seu primeiro intendente foi o Tenente-Coronel Joaquim Ayres da Silva, que governou até o ano de 1895.

Pouco mais tarde, começava-se a desenvolver em Porto Nacional o sistema de transporte e comunicação, que estava muito ligado ao Rio Tocantins, onde navegavam com botes impulsionados por remeiros ou vareiros. Somente em 1923, foi lançado nas águas do Tocantins o primeiro barco a vapor - a lancha Mercês. E motor somente na década de 40. No ano de 1929 os dois primeiros veículos - um caminhão e um carro - chegam ao município depois de meses de viagem, inclusive abrindo estradas. Eram conduzidos pelo Dr. Francisco Ayres da Silva, deputado e médico que lutava para a abertura de linha mais eficiente de comunicação.

A partir da década de 30, se desenvolve a ligação aérea feita pelo Correio Aéreo Nacional - CAN. Era a Rota do Tocantins que saía do Rio de Janeiro e chegava a Belém aterrissando nos aeroportos instalados por Lysias Rodrigues, entre eles Porto Nacional. A imprensa portuense sempre foi muito atuante, desde o século XIX. Apresentado o cotidiano da cidade, prestando informações públicas e da vida social também eram arautos e porta vozes das reivindicações do norte do estado e defendiam ideias da divisão do estado. Como cidade mais importante do norte de Goiás, Porto Nacional sempre se destacou na política e na defesa dos interesses da região. O Manifesto Tocantinense, de 1956, por exemplo, consolida Porto Nacional como foco dos movimentos de emancipação.

Criado o Estado do Tocantins, em 1988, e definida a criação de uma nova capital, com a inspiração em Brasília, a cidade de Porto Nacional passa a ser, junto com Natividade e Arraias, uma das referências históricas mais importantes do estado. Aqui estão plantadas as raízes do norte goiano.

GEOGRAFIA

Localiza-se a uma latitude 10°42'28" Sul e a uma longitude 48°25'01" Oeste. Porto Nacional possui um clima tropical e pertence à bacia hidrográfica do rio Tocantins na sua porção ocidental e possui relevo plano, estando a uma altitude de 212 metros. Situa-se a menos de uma hora de viagem de veículo da capital Palmas, de onde dista 60 km. Após a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, na cidade de Lajeado, a cidade deixou de conviver com o rio para conviver com o lago.

A posição geográfica do município é: norte: Miracema do Tocantins, leste: Palmas, Monte do Carmo e Silvanópolis, sul: Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Fátima, oeste: Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil e Paraíso do Tocantins. Porto Nacional pertence ao horário de Brasília e -3 com relação ao Meridiano de Greenwich (Tempo Universal Coordenado). A área total do Porto Nacional é de 4 449,892 km² e possui além da sede o distrito de Luzimangues.

O clima local é o tropical Aw, típico do cerrado, com uma estação chuvosa compreendida entre os meses de outubro e abril e outra seca com início em maio e término em setembro. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), desde 1931 a menor temperatura registrada em Porto Nacional foi registrada no dia 22 de junho de 1954, com mínima de 10,6 °C, enquanto a maior chegou a 42,8 °C em 27 de agosto de 1938. O maior acumulado de precipitação em 24 horas atingiu 162,1 milímetros (mm) em 14 de dezembro de 2016, seguido por 151,1 mm em 28 de janeiro de 2008.

Demografia

Porto Nacional possui uma população de 51 846 habitantes em 2013 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - o que coloca a cidade no quesito população em quarto lugar no estado - e densidade de 11,573 hab/km².

Região Metropolitana de Palmas

A Região Metropolitana de Palmas, a qual abrange Porto Nacional, é uma região metropolitana no estado do Tocantins, instituída pela Lei Estadual nº 2824, de 31 de dezembro de 2013. A Região Metropolitana de Palmas compreende 16 municípios na região central do Tocantins, apesar de que no entanto, o município de Palmas forma uma conurbação somente com o distrito de Luzimangues, situado no município de Porto Nacional. A Região Metropolitana de Palmas apresenta uma população total de cerca de 450 mil habitantes.

Economia

Porto Nacional é popularmente denominada de “Capital do Agronegócio”, sendo notável pelo potencial agropecuário, e vê no crescimento da capital Palmas, distante 55 km, uma oportunidade para movimentar o comércio local e permitir maior fluxo de capital no município. Possui o quarto maior PIB do Estado (de quase R\$ 800 mi[7]).

Bancos

Caixa Econômica Federal;
Bradesco;
Banco da Amazônia;
Banco do Brasil;
Santander;
Sicredi;
Sicoob.

Cultura

A cultura de Porto Nacional se deve a exploração do ouro que trouxe muitos mineradores, tropeiros, mascates e viajantes que passaram pelo local deixando sua contribuição.

Centros culturais

Centro Cultural Durval Godinho: possui sala de concerto.

Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional: foi fundado na década de oitenta e, naquele tempo, mobilizou a população para doação de acervo. Depois de ocupar diversos espaços, hoje se instala em definitivo no prédio restaurado para este fim.

Festas populares

Festa de São Sebastião: realizada em 20 de janeiro.
Festa de Santos reis 6 de janeiro.
Festa do Divino: realizado em data móvel.
Festa da padroeira: a festa da padroeira do município (Nossa Sra. das Mercês) é realizada dia 24 de setembro

Turismo

Situada próximo a Palmas, Porto Nacional conta com uma razoável infraestrutura para receber turistas para apreciar de um modo geral a cidade. O município possui uma área para pesca esportiva privilegiada por ser banhada pelo rio Tocantins. Na região destacam-se os passeios fluviais com direito a pesca amadora e profissional.

Constituem pontos turísticos do município:

Centro histórico: dotado de ruas estreitas e prédios quase todos construídos no século XIX.

Avenida Beira Rio: via expressa, construída com mais de 3Km de extensão, na orla da cidade.

Nova Praia de Porto Real: dotada de infra estrutura, local de eventos culturais e esportivos durante a temporada de junho a setembro.

Colégio Sagrado Coração de Jesus: construído pelas irmãs dominicanas na década de 1950 em estilo francês.

Prédio da Prefeitura Velha: edificado em 1922, nele funcionou até 1969 a Câmara Municipal, a sala das Audiências Judiciárias e a Administração Municipal. Construído em dois pavimentos, se destaca entre várias construções na parte velha da cidade.

Caetanato: localizado na conhecida “Rua do Cabaçaco” no Centro Histórico de Porto Nacional, foi a primeira sede do Colégio das Irmãs Dominicanas. Hoje é sede da COMSAÚDE de Porto Nacional. O nome “Caetanato” é em homenagem a Sra. Caetana Belles, que era moradora do local; Após o falecimento da Sra. Caetana Belles, manteve-se residindo no prédio a filha de criação da Sra. Caetana Belles e Rafael Belles, a já falecida dona Tomazia de Sena e suas descendentes. Atualmente, reside somente suas descendentes.

Colégio Sagrado Coração de Jesus: edificação de Ampla e aprazível arquitetura representa o trabalho iniciado pelas incansáveis e pioneiras “Irmãs Dominicanas”.

Prédio do Abrigo João XXIII: conhecido como “Abrigo dos Velhos”, o importante casarão foi sede do Correio e depois serviu durante muito tempo como Hospital. Situa-se na Rua Josué Negre.

Residência do Dr. Oswaldo Ayres: importante casa residencial de arquitetura antiga, situada na Praça da Igreja Matriz, simboliza o brilhante trabalho do Dr. Francisco Ayres da Silva, como médico, político e jornalista, filho de Porto Nacional.

Residência da Senhora Custódia Pedreira: herança da família “Pedreira”, esse casarão chama atenção pela arquitetura de épocas passadas, toda em adobe, conserva o porão e o assoalho de tábuas.

Lago da Usina do Lajeado: Constituindo-se em local propício para esportes náuticos e pesca esportiva, localizado em frente à cidade.

CAPÍTULO VI DAS CONCESSÕES

Art. 109. Sem qualquer prejuízo, à exceção do disposto em lei, poderão servidor ausentar-se do serviço:

- I– por um dia, para doação de sangue;
- II– por até dois dias, para se alistar como eleitor;
- III– por cinco dias consecutivos:

- a) por casamento;
- b) ao pai pelo nascimento do filho;
- c) pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos ou curatelados.

Art. 110. Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 111. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da Administração Pública será assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem assim aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

CAPÍTULO VII DA CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 112. Para efeito desta Lei considera-se tempo de serviço público o período no qual o servidor, titular de cargo efetivo, ou o estabilizado, se manteve em efetivo exercício nos órgãos e instituições dos Poderes do Município de Palmas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 118, de 17/04/2006).

§ 1º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2º Não será permitida a averbação de tempo de serviço com qualquer acréscimo ou concorrente, salvo, neste caso, por acumulação legal de cargos.

Art. 113. São considerados como de efetivo exercício:

- I – as férias;
- II – as licenças:
 - a) para tratamento de saúde ou auxílio-doença; (Redação dada pela Lei Complementar nº 118, de 17/04/2006);
 - b) por motivo de doença em pessoa da família;
 - c) à gestante ou adotante ou salário-maternidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 118, de 17/04/2006);
 - d) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, desde que remunerada pelo Tesouro do Município;
 - e) para o serviço militar;
 - f) para atividade política;
 - g) para capacitação;
- III – os afastamentos:
 - a) para servir a outro órgão ou entidade;
 - b) para o exercício de mandato eletivo;
 - c) para estudo no exterior;
 - d) para missão oficial no exterior;

e) para participar em programa de treinamento regularmente instituído;

f) para atender à convocação da Justiça Eleitoral durante o período eletivo;

g) para servir ao Tribunal do Júri;

h) para desempenho de mandato classista.” (NR) (Acrescido pela Lei Complementar nº 308, de 19/12/2014).

IV– pelo período das concessões autorizadas nos termos do art. 109.

Art. 114. O tempo de serviço público, presta do nos termos do artigo anterior, aos órgãos e instituições do Município, será contado para fins de adicionais e disponibilidade.

Parágrafo único. O tempo de serviço público prestado à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, será contado exclusivamente para efeito de disponibilidade.

Art. 115. Contar-se-á, apenas para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição previdenciária, em razão de serviços públicos prestado à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios.

Art. 116. O tempo de contribuição na atividade privada será contado apenas para fins de aposentadoria, nos termos do art. 201, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 117. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes do Município, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 118. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 119. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração, de que tratamos artigos anteriores, deverão ser despachados no prazo de cinco dias e decididos dentro de trinta dias.

Art. 120. Caberá recurso:

- V– do indeferimento do pedido de reconsideração;
- VI– das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;
- VII– das decisões que aplicarem sanções disciplinares.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferida a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades, ou, no caso de aplicação das sanções disciplinares de advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, à autoridade que a prolatou.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 121. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso será de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 122. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 123. O direito de requerer prescreve:

I– em cinco anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II– em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 124. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 125. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração Pública.

Art. 126. Para o exercício do direito de petição, será assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 127. A Administração Pública deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 128. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo por motivo de força maior.

TÍTULO IV DA CONDUTA E DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 129. São princípios de conduta profissional dos servidores públicos, a dignidade, o decoro, a eficácia e a consciência dos princípios morais.

Art. 130. Constitui falta, na condutado servidor público, o desprezo pelo elemento ético, pela justiça, pela moralidade na Administração Pública, pelo bem comum, pela legalidade, pela verdade, pela celeridade, pela responsabilidade e pela eficácia de seus atos, pela cortesia e urbanidade, pela disciplina, pela boa vontade e pelo trabalho em harmonia com os demais servidores e com a estrutura organizacional do Município.

CAPÍTULO I DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

SEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 131. São deveres do servidor:

I– exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II– ser leal às instituições a que servir;

III– observar as normas legais e regulamentares;

IV– cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V– atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VI– levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII– zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII– guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX– manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X– ser assíduo e pontual ao serviço;

XI– tratar com urbanidade as pessoas;

XII– representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 132. Ao servidor público não será permitido:

I– ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II– retirar, sempre via anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III– recusar fé a documentos públicos;

IV– opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V– promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI– cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previsto sem lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII– coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII– manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX– valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de terceiros, em detrimento da dignidade da função pública;

X– participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário;

XI– atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII– receber propina comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII– aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro;

XIV– praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV– proceder com desídia;

XVI– utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII– cometera outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII– exercer quais quer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX– recusar-se a atualizar seus dados cadastrais e previdenciários quando solicitado.

Art. 133. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 134. A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada a pedido do titular do cargo será convertida em destituição do cargo em comissão.

Quinta geração

Esta geração é marcada pelas aulas virtuais baseadas no computador e na internet. Quando surgiram os primeiros computadores, que ocupavam salas inteiras, ficava inviável o uso dessa tecnologia para educação.

Com o surgimento dos computadores pessoais estimava-se que em torno de 15% das residências norte-americanas possuíam um computador pessoal e quase todas as crianças tinha acesso a um em casa ou na escola. Os softwares educacionais também foram uma nova forma de domínios dos conhecimentos.

Com o surgimento da internet, obtemos uma nova evolução na forma de educação, pois podia-se conectar grupos de estudos pelo mundo todo. Como as tecnologias das gerações anteriores, a tecnologia da internet estimulava novas ideias de como organizar o ensino a distância.

— História da educação a distância no Brasil

No Brasil, o marco inicial da educação a distância foi em 1900. Pesquisadores encontraram recortes de jornais do Rio de Janeiro em que se ofereciam cursos de datilografia por correspondência.

Quatro anos mais tarde, chegava ao Brasil uma filial norte-americana de escolas internacionais que capacitava alunos para conhecimentos comerciais. Em 1912 era possível fazer diversos cursos de diversas áreas por correspondência.

A tecnologia do Rádio foi utilizada no Brasil em 1923 com a criação da Rádio Sociedade: Foi um projeto de um grupo de intelectuais da academia brasileira de ciências (ABC), que pretendia divulgar a ciência no país. Além de música (clássica e popular), eram transmitidos informativos e uma série de cursos, como os de inglês, francês, história do Brasil, literatura portuguesa, literatura francesa, radiotelegrafia e telegrafia, além de palestras de divulgação científica.

Foi estimulado pelo código brasileiro de telecomunicações, em 1960, a produção de programas com conteúdos de educação para ouvintes e telespectadores, assim, promovendo as televisões educativas. Infelizmente, em 1970 a educação a distância no Brasil restringia-se apenas a cursos profissionalizantes, porém, neste mesmo período, ela começava a ganhar relevância no estudo formal, principalmente para suprir as necessidades de quem não havia frequentado, ou havia abandonado, o ensino regular. Assim constituiu-se a Lei Federal 5692/71, que abordava o ensino Supletivo.

Em 1974 foi criado o Projeto Saci, que utilizava o formato de telenovelas para distribuir conteúdo educacional em aulas pré-gravadas, em 1978 apareceu a iniciativa mais popular nesse sentido. O telecurso 2º grau, criado pela TV Cultura e pela Fundação Roberto Marinho, tornou-se uma das mais abrangentes ações de Educação a Distância da TV.

Mesmo em aceleração, a educação a distância continuava restrita ao ensino técnico, para alunos que não possuíam possibilidade de frequentar o presencial. Além disso, essa modalidade ainda não fazia parte do ensino superior.

Muitas foram as dificuldades até a educação a distância chegar ao ensino superior e ser legalizada. Você deve estar se perguntando: qual a importância de conhecer a história da educação a distância no mundo e no Brasil? A educação nas escolas ainda está em processo de transformação, tendo o conhecimento dessa trajetória podemos refletir e pensar novas formas de ensinar ou mediar nossos alunos.

MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS

Movimentos populares e sociais representam uma força significativa na moldagem da história e da sociedade. Ao longo dos tempos, esses movimentos emergiram como respostas a injustiças, desigualdades ou necessidades não atendidas dentro de uma comunidade ou sociedade mais ampla. Eles são frequentemente enraizados no desejo coletivo de mudança, seja essa mudança social, política, econômica ou cultural. Um aspecto central desses movimentos é a participação ativa do povo - pessoas comuns, muitas vezes excluídas dos processos decisórios tradicionais, que se unem para lutar por uma causa comum. Essa união pode assumir muitas formas, desde protestos pacíficos e campanhas de conscientização até, em alguns casos, resistência ativa ou revolução.

O impacto desses movimentos na história é profundo. Por exemplo, o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, liderado por figuras icônicas como Martin Luther King Jr., desempenhou um papel crucial na desmantelamento das leis de segregação racial e na promoção da igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente da cor da pele. Da mesma forma, o movimento sufragista, que lutou pelo direito das mulheres ao voto, alterou fundamentalmente o cenário político em muitos países, abrindo caminho para uma maior igualdade de gênero nas esferas política e social. Mais recentemente, movimentos como o Black Lives Matter e o #MeToo trouxeram questões de injustiça racial e assédio sexual, respectivamente, para o centro das atenções globais, desencadeando debates significativos e, em alguns casos, levando a mudanças legislativas.

O surgimento e a evolução desses movimentos estão frequentemente ligados a momentos de crise ou a uma percepção generalizada de injustiça. Eles surgem quando grupos de indivíduos sentem que seus direitos, liberdades ou bem-estar estão sendo ameaçados ou ignorados. A tecnologia moderna, especialmente as redes sociais, revolucionou a forma como esses movimentos ganham força e se espalham. A capacidade de compartilhar informações, organizar eventos e mobilizar apoio através de plataformas digitais permitiu que movimentos sociais e populares se expandissem rapidamente, muitas vezes transcendendo fronteiras geográficas e culturais. Isso tem o potencial de unir pessoas de diversas origens em torno de causas comuns, criando uma comunidade global de ativistas e simpatizantes.

No entanto, os movimentos populares e sociais também enfrentam desafios significativos. Eles podem ser confrontados com oposição de entidades poderosas, como governos ou corporações, e seus participantes podem enfrentar represálias ou violência. Além disso, manter o ímpeto e a coesão ao longo do tempo pode ser difícil, especialmente quando os movimentos são descentralizados ou carecem de liderança clara. A questão da sustentabilidade desses movimentos é, portanto, um ponto de debate e estudo contínuo.

Os movimentos populares e sociais são uma expressão vital da democracia e da participação cidadã. Eles refletem a capacidade das pessoas de se unirem em prol de mudanças significativas e demonstram a força que existe na ação coletiva. Enquanto representarem uma resposta às necessidades e injustiças percebidas dentro de uma sociedade, esses movimentos continuarão a desempenhar um papel essencial na formação do nosso mundo.

INTERDISCIPLINARIDADE

— **Concepções interdisciplinares de currículo**

O movimento da interdisciplinaridade surgiu na metade dos anos sessenta na Europa, sendo bem mais intenso na França e na Itália. Até porque nestes países estavam ocorrendo movimentos estudantis, que reivindicavam um novo estatuto de universidade e de escola, o que significava romper com uma educação por etapas, fragmentada em sua essência.

A interdisciplinaridade passa a existir como oposição a todo conhecimento que privilegiava o capitalismo epistemológico de certas ciências, como oposição à alienação da academia. No que diz respeito às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que demonstravam a excessiva especialização e a toda e qualquer proposta de conhecimento que imitava o olhar do aluno numa única direção, a patologia do saber.

Na educação brasileira, o movimento da interdisciplinaridade começa nos anos 70, mas explode nas décadas de 80 e 90. A década de 70 poderia ser indicada como a década da estruturação conceitual básica. Nela, a preocupação incidia fundamentalmente na explicitação terminológica.

Quando o tema repercutiu na década de 70, houve primeiramente uma preocupação com relação ao termo interdisciplinaridade. A palavra além de ser nova era difícil de ser pronunciada. A discussão gerou em torno de qual seria a grafia correta. Além de não se chegar a um consenso de como seria sua tradução, não se chegava também a um acordo sobre qual o significado do termo.

Na década de 80, afirma-se que foi a elaboração do tema por alguns estudiosos, sendo elaborado um documento intitulado “interdisciplinaridade e ciências humanas”, em 1983. Este documento trata dos pontos de encontro e cooperação das disciplinas que formam as ciências humanas e da influência que umas exercem sobre as outras nos acrescenta conclusões importantes acerca da natureza e alcance da interdisciplinaridade.

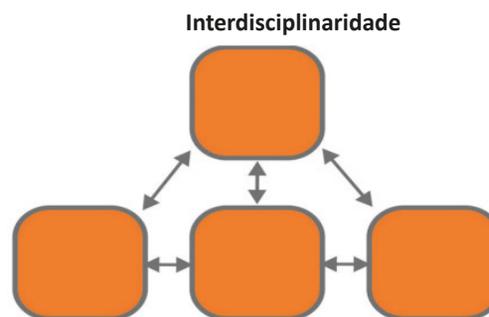
Porém, a partir da década de 90, este movimento começou a ficar contraditório, pois neste cenário criou-se uma verdadeira confusão e muitas interpretações sobre as relações de disciplinaridade. Esse movimento, se quisermos fracioná-lo para fins didáticos, poderia ser subdividido em três décadas: 1970, 1980 e 1990.

Se optarmos por um recorte epistemológico diríamos, reduzida e simplificadamente, o seguinte: em 1970, partimos para uma construção epistemológica da interdisciplinaridade. Em 1980, partimos para a explicitação das contradições epistemológicas decorrentes dessa construção e em 1990 estamos tentando construir uma nova epistemologia, a própria teoria da interdisciplinaridade.

Dessa forma, procurando contribuir neste cenário, a interdisciplinaridade deriva da palavra primitiva disciplinar (que diz respeito à disciplina), por prefixação (inter- ação recíproca, comum) e sufixação (DADE- qualidade, estado ou resultado da ação).

A definição do termo é complexa e os educadores precisam ter clareza do verdadeiro significado do termo e da ação interdisciplinar. A interdisciplinaridade corresponde à produção ou processo de relações entre saberes, a partir de uma disciplina ou de um tema sem as limitações de domínios ou objetos impostos pela especialização das ciências.

A característica básica de uma ação interdisciplinar é a de pesquisador, estudioso, professor ou aluno que, ao explorar um tema, recorre a conceitos e instrumentos de outras áreas do conhecimento ou disciplina.



Interdisciplinaridade
 Existe cooperação e diálogo entre as disciplinas
 Existe uma ação coordenada

<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=16336>

Portanto, a interdisciplinaridade acontece quando as metodologias e conhecimentos de outras disciplinas podem ser utilizados por professores de diversas áreas do conhecimento. Interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas, que podem ir desde uma simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais e da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da pesquisa.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

Segundo os PCNs, a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser objeto de conhecimento, um projeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Neste sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários.

Assim, o professor precisa ter um olhar atento e escolher conteúdos que irão contribuir na formação crítica e reflexiva do educando. Diante disto, percebemos que a interdisciplinaridade não é uma justaposição ou articulação de disciplinas ou conteúdos, mas sim, que o professor utilize os conceitos e os conteúdos de outras disciplinas para fundamentar a sua.

O professor que atua numa perspectiva interdisciplinar é aquele que domina o conteúdo de sua área e recorre a outras disciplinas para explorar plenamente os temas de que está tratando. Um professor de Ciências Naturais está tratando da Amazônia. O texto utilizado afirma “caso o desmatamento da Amazônia continue neste ritmo, em X anos poderia ocorrer um desmatamento completo da floresta”.

Supomos que o aluno pode tomar esta frase como uma afirmativa, e, então, o professor de Ciências Naturais pode expor ou orientar os alunos a compreender o que é um discurso na condicional. O professor continua sendo de Ciências Naturais, a aula permanece desta disciplina, mas utilizando instrumento de Língua Portuguesa.